



229

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO: Nº 0326893-1

VARA DE ORIGEM: 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO/PE

APELANTE: MARIA DE LOURDES ALVES DE SOUZA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PROCURADORA: DRA. ANDRÉA KARLA MARANHÃO CONDÉ FREIRE

RELATOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. CONDENAÇÃO POR TRÁFICO DE DROGAS. PEDIDO DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA USO PRÓPRIO. CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS. ÍNFIMA QUANTIDADE DA DROGA APREENDIDA. AUSÊNCIA DE PROVAS DA ATIVIDADE DA TRAFICÂNCIA PELA APELANTE. PROVIMENTO DO APELO. PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE CUMPRIDA. NÃO CONVERSÃO EM RESTRITIVA DE DIREITO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. RECONHECIMENTO DE DETRAÇÃO ANÔMALA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.

1. As provas coligidas aos autos não permitem concluir por uma certeza quanto à alegada traficância desempenhada pela apelante.
2. Cabível a desclassificação para o delito de uso próprio considerando as condições pessoais da ré e a ínfima quantidade da droga apreendida (2 pedras de crack).
3. Verificado que a ré já cumpriu mais da metade da pena de reclusão, a conversão por pena restritiva de direitos não se mostra razoável.
4. Configurando verdadeira detração anômala, declarou-se a extinção da punibilidade pelos fatos narrados contra a apelante. Provimento do apelo.



230

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO: Nº 0326893-1

VARA DE ORIGEM: 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO/PE

APELANTE: MARIA DE LOURDES ALVES DE SOUZA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PROCURADORA: DRA. ANDRÉA KARLA MARANHÃO CONDÉ FREIRE

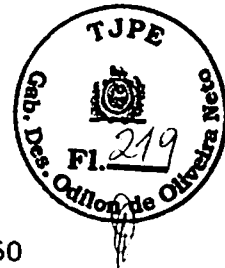
RELATOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da apelação de **n.º 0326893-1** em que figura como partes as acima referidas, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **por unanimidade, EM DAR PROVIMENTO AO APELO** interposto por Maria de Lourdes Alves de Souza, e declarar **EXTINTA A PUNIBILIDADE**, tudo conforme consta do relatório e do voto digitado anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 3 de 9 de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º andar, Bairro do Recife, Recife/PE. CEP: 50030-260
Telefones: 3181-9508 / 3031-9509 / 3031-9510/ 3031-9511 / 3031-9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO: Nº 0001235-54.2011.8.17.1590 (0326893-1)

APELANTE: MARIA DE LOURDES ALVES DE SOUZA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PROCURADORA: DRA. ANDRÉA KARLA MARANHÃO CONDÉ FREIRE

RELATOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

REVISOR: DES. ROBERTO FERREIRA LINS

RELATÓRIO

Cuida-se de apelação criminal interposta por Maria de Lourdes Alves de Souza, contra a sentença de fls. 158/163 dos autos prolatada pela MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Vitória de Santo Antão que a condenou pelo crime previsto no **art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06 à pena de 03 anos e 04 meses de reclusão e 334 dias-multa, a ser cumprida inicialmente em regime fechado.**

Narra a denúncia que em 08/04/2011, os policiais da ROCAM receberam a informação através do serviço reservado do 21º BPM que a apelante estaria traficando drogas em sua residência.

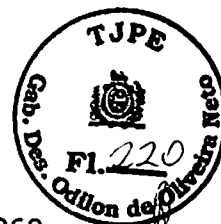
Que após a chegada dos policiais, a apelante autorizou à revista no imóvel, onde **foram encontradas 2 pedras de crack** e certa quantia em dinheiro que somava o importe de R\$ 403,70.

Que no local haviam vários adolescentes, mas nada fora encontrado com eles.

Em depoimentos, os policiais responsáveis pela abordagem não esclareceram se chegaram ao local através de uma denúncia anônima ou se havia informação na comunidade de que aquele local se tratava habitualmente de uma "boca de fumo".

A acusada informou que a quantia encontrada era referente ao benefício previdenciário de sua filha deficiente e do auxílio bolsa-escola. Disse que trabalha debulhando feijão recebendo remuneração de R\$ 7,00 por saco. Que seu marido e filho estão presos sob acusação de tráfico de drogas.

O laudo pericial (fls. 71/76) constatou a existência de 0,325 g de cocaína, sob a forma de uma base conhecida como crack.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º andar, Bairro do Recife, Recife/PE. CEP: 50030-260
Telefones: 3181-9508 / 3031-9509 / 3031-9510 / 3031-9511 / 3031-9512

Durante a instrução criminal, a apelante afirmou ser usuária de crack, mas que não vende.

Em suas razões recursais (fls. 167/177), a defesa apresentada pela Defensoria Pública pugna pela **desclassificação do delito de tráfico de entorpecentes para o de uso próprio**, considerando a afirmação da acusada em seu interrogatório de **"que é usuária de crack, mas não vende drogas"**, razão porque requer a conversão da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, uma vez que a apelante preenche os requisitos legais autorizadores para concessão do benefício em questão. Requer, ainda, subsidiariamente, a modificação do regime inicial de cumprimento da pena.

Contrarrazões apresentadas às fls. 188/192, pugna o Parquet pelo improvimento do apelo, mantendo-se integralmente a sentença atacada.

Em sua manifestação, a Douta Procuradoria de Justiça Criminal opina pelo PROVIMENTO do recurso, pugnando pela reforma da sentença no tocante à desclassificação do delito de "tráfico de drogas" para "porte para consumo", em razão de não existirem provas suficientes a um juízo de certeza de que a acusada pratica a traficância. Opina, também, pela conversão do regime de cumprimento da pena para o aberto.

É o que há a relatar.

À Douta Revisão.

Recife, 11 DE ABRIL DE 2014

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator



231

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º andar, Bairro do Recife, Recife/PE. CEP: 50030-260
Telefones: 3181-9508 / 3031-9509 / 3031-9510 / 3031-9511 / 3031-9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO: Nº 0001235-54.2011.8.17.1590 (0326893-1)

APELANTE: MARIA DE LOURDES ALVES DE SOUZA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PROCURADORA: DRA. ANDRÉA KARLA MARANHÃO CONDÉ FREIRE

RELATOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

REVISOR: DES. ROBERTO FERREIRA LINS

VOTO

Trata-se de apelação criminal interposta por Maria de Lourdes Alves de Souza, contra a sentença de fls. 158/163 dos autos prolatada pela MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Vitória de Santo Antão que a condenou pelo crime previsto no **art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06 à pena de 03 anos e 04 meses de reclusão e 334 dias-multa, a ser cumprida inicialmente em regime fechado.**

A defesa apresentada pela Defensoria Pública pugna pela **desclassificação do delito de tráfico de entorpecentes para o de uso próprio**, considerando a afirmação da acusada em seu interrogatório de **"que é usuária de crack, mas não vende drogas"**, razão porque requer a conversão da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, uma vez que a apelante preenche os requisitos legais autorizadores para concessão do benefício em questão. Requer, ainda, subsidiariamente, a modificação do regime inicial de cumprimento da pena.

Pela leitura da exordial acusatória, não é possível concluir se a abordagem policial na residência da apelante se deu em razão de uma denúncia anônima ou se havia informação na comunidade de que aquele local se tratava habitualmente de uma "boca de fumo".

A apelante não se opôs à revista dos policiais em sua residência, onde foram encontradas **2 pedras de crack** e certa quantia em dinheiro que somava o importe de R\$ 403,70, havendo a apelante dito que o valor era proveniente do benefício previdenciário de sua filha deficiente e do auxílio bolsa-escola.



232

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º andar, Bairro do Recife, Recife/PE. CEP: 50030-260
Telefones: 3181-9508 / 3031-9509 / 3031-9510 / 3031-9511 / 3031-9512

Afirmou a acusada ser usuária de crack, mas que não vende, e que trabalha debulhando feijão recebendo remuneração de R\$ 7,00 por saco.

A sentença condenatória se baseou no fato de que a "denúncia" feita aos policiais responsáveis pelo flagrante partiu "do serviço reservado da polícia" e no fato de a apelante apresentar versões contraditórias para a origem do dinheiro encontrado em sua residência, destacando que a acusada não aparentava estar sob efeito de substância entorpecente no momento da abordagem, inobstante tenha dito em juízo que havia usado a droga aproximadamente 1 hora antes.

Analizando os autos, verifico que **não existem motivos suficientes para se chegar a um juízo de certeza quanto à traficância atribuída à apelante.**

Isto porque **os depoimentos dos policiais em juízo não são conclusivos nesse sentido**, pois afirmam que haviam vários adolescentes no interior da residência e que nada fora encontrado com eles, mas não mencionam se estes aparentavam estar sob o efeito de droga.

Por outro lado, a **ínfima quantidade da droga encontrada com a acusada – que afirmou ser usuária – não permite concluir que ela se dedique à atividade da traficância.**

Ademais, as aparentes contradições sobre a origem do dinheiro não justificam, por si só, a condenação por tráfico de entorpecentes.

Destaco que a **apelante é primária, não possui histórico criminal**, e que a alegação da exordial acusatória de que o marido e o filho da ré estão presos por tráfico não pode, em nenhuma hipótese, ser considerada como desfavorável à mesma, em razão do princípio da intranscendência da pena.

No meu sentir, tais considerações **não trazem segurança para um decreto condenatório nos termos em que fora prolatado**, pelo entendo pela desclassificação do delito de tráfico de drogas para o de uso próprio.



233

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º andar, Bairro do Recife, Recife/PE. CEP: 50030-260

Telefones: 3181-9508 / 3031-9509 / 3031-9510/ 3031-9511 / 3031-9512

Com relação às sanções aplicáveis ao tipo penal em questão, constantes do art. 28 da Lei 11.343/06, deixo de aplicá-las, em homenagem ao princípio da razoabilidade, uma vez que a acusada permaneceu encarcerada pelo período de 08/04/2011 a 18/10/2013, totalizando 2 anos e 6 meses de cumprimento da pena de reclusão.

Nesse passo, entendo que a apelante já cumpriu uma pena mais gravosa, pelo que seria desarrazoado aplicar uma pena restritiva de direitos em substituição, em razão da configuração de detração anômala da pena, em benefício da apelante.

Nesse sentido, é a jurisprudência:

"EMENTA: Apelação. Artigo 33, caput, da Lei 11.343/06. Ausência de prova segura para a condenação por tráfico de entorpecentes. Desclassificação da conduta para o artigo 28 da Lei de Drogas. Advertência e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo. Detração anômala reconhecida. Pena cumprida. Recurso provido. Alvará de Soltura clausulado."

(TJSP, APL 0001468-92.2012.8.26.0320, Publicação: 28/11/2012)

Em informação contida às fls. 221 dos autos, o relatório da situação prisional da apelante dá conta que ela encontra-se sob livramento condicional, o qual fora deferido em outubro de 2013, pelo que deixo de determinar a expedição de alvará de soltura.

Assim, filio-me ao posicionamento da Douta Procuradoria de Justiça e voto no sentido de **dar provimento** ao recurso de apelação interposto por Maria de Lourdes Alves de Souza para desclassificar o crime para o art. 28 da Lei 11.343/06, e de ofício, declarar **extinta a punibilidade** da apelante pelo reconhecimento de detração anômala em seu favor, na forma do art. 61 do Código de Processo Penal.

Recife,

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator



APELAÇÃO CRIMINAL Nº 326893-1 – 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

Apelante: Maria de Lourdes Alves de Souza
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Procurador (a): Andréa Karla Maranhão Condé Freire
Relator: Des. Odilon de Oliveira Neto
Revisor: Des. Roberto Ferreira Lins
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

VOTO

Cuida-se de Apelação Criminal interposta por **Maria de Lourdes Alves de Souza** com o escopo de desclassificar a conduta que lhe fora imputada, correspondente à prática do crime tipificado no art. 33, *caput*, da Lei nº 11.343/06 (tráfico de drogas), e, subsidiariamente, de substituir, por duas penas restritivas de direitos ou pelo regime inicial aberto, a pena preventiva de liberdade e o regime inicial de pena que lhe foram aplicados, estabelecidos em 03 (três) anos e 04 (quatro) meses de reclusão no regime inicial fechado.

Em primeiro plano, persegue a recorrente a desclassificação do delito de tráfico de drogas (art. 33, *caput*, da Lei nº 11.343/06) pelo de uso de substância entorpecente (art. 28, *caput*, da Lei nº 11.343/06), argumentado que a prática deste último delito teria restado comprovada por seu interrogatório e pelas circunstâncias do fato, e que, por outro lado, seriam insuficientes as provas de que seria traficante.

No tocante ao pleito subsidiário de substituição da pena privativa de liberdade por 02 (duas) restritivas de direitos, assevera que perfaz todos os requisitos do art. 44 do Código Penal.

Por derradeiro, quanto ao pedido, também alternativo, de modificação do regime inicial de cumprimento de pena, do fechado para o aberto, aponta a sua possibilidade mesmo em caso de cometimento do delito de tráfico de drogas e a presença dos requisitos autorizadores do art. 33, § 2º, alínea "c", do Código Penal.

Pois bem.

Após análise detida do conjunto probatório constante dos autos, tenho que merece acolhida a presente irresignação recursal.

Isso porque observo que, como bem destacou a Douta Procuradoria de Justiça em seu Parecer, inexistem provas suficientes a demonstrar a finalidade de traficância na conduta delitiva da Apelante, aplicando-se, *in casu*, o princípio do *in dubio pro reo*.

A propósito, verifico, de início, que a recorrente foi denunciada e condenada em razão da posse de 02 (duas) pedras de crack, com massa líquida de 0,325g (trezentos e vinte e cinco miligramas) (fl. 73), tendo sido, ainda, apreendidas em seu poder a quantia de R\$ 70, 00 (setenta reais), que se encontrava dentro de seu guarda-roupa, e a importância, também em



APELAÇÃO CRIMINAL Nº 326893-1 – 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

dinheiro, de R\$ 333,00 (trezentos e trinta e três reais), encontrada debaixo de cascas de feijão.

Todavia, em que pese estar devidamente comprovada a materialidade (fls. 717/76) e autoria delitiva da Apelante com relação aos aludidos fatos (fls. 114/117), observo que os elementos utilizados para evidenciar a **finalidade de traficância** da aludida droga, que, ressalte-se, é essencial à configuração do delito de tráfico, correspondem (1) à circunstância de ter sido apreendida quantia em dinheiro juntamente com a droga, (2) ao fato de terem sido encontrados vários adolescentes no local, (3) à circunstância de estarem seu marido e filho presos por tráfico de drogas, (4) ao fato de a recorrente não apresentar sinais de consumo de crack quando da abordagem policial e (5) aos depoimentos dos policiais que efetuaram o flagrante, segundo os quais outro setor da polícia militar (o serviço reservado) teria chegado à conclusão de que aquela era traficante.

Ora, no tocante aos citados elementos utilizados para a condenação da Apelante, observo, primeiramente, que **todos** são de natureza indireta ou circunstancial, o que, como é cediço, enseja à formação de um juízo de dúvida razoável a desautorizar a imputação do delito de tráfico de drogas.

Em segundo lugar, ainda no tocante aos citados elementos circunstanciais, tenho que alguns deles sequer são suscetíveis de autorizar a aferição da finalidade de traficância, ao passo que a existência de outro restou justificada, de maneira plausível, pela própria Apelante.

Nesta esteira, verifico que o fato de terem sido encontrados adolescentes na residência da Apelante, sem que houvesse sido apreendida qualquer quantidade de droga em poder deles, nada revela acerca da eventual traficância por parte daquela.

Outrossim, o fato de o filho e o marido da Apelante estarem presos por tráfico também não pode, de modo algum, ser utilizado para aferir a finalidade de traficância na conduta daquela, em face dos princípios da individualidade da pena e da culpabilidade, como bem destacou a Ilustre Procuradora de Justiça.

No tocante aos depoimentos dos milicianos que efetuaram a prisão em flagrante da Apelante, verifico que, além de não terem aqueles presenciado qualquer conduta indicativa da finalidade de traficância ou de comercialização da droga por parte daquela, em momento algum restou esclarecida a razão pela qual se chegou à conclusão de que ela seria traficante de drogas (fls. 116/117).

Quanto às importâncias em dinheiro encontradas na residência da recorrente, observo que esta última asseverou, em seu interrogatório, com suficiente verossimilhança, que se tratava de valores oriundos de benefício previdenciário recebido por sua filha deficiente e do trabalho que exercia como debulhadora de feijão.

Por fim, como bem ponderou a Douta Represente do *Parquet* em seu Parecer, o fato de a Apelante não se encontrar em estado psicoativo evidente no momento de sua abordagem, além de não afastar, por si só, a sua



APELAÇÃO CRIMINAL Nº 326893-1 – 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

qualidade de consumidora de droga, pode ser perfeitamente justificado pelo efeito efêmero da substância apreendida em seu poder.

Assim, é forçoso concluir que os elementos em que restou apoiada a sentença condenatória guerreada são frágeis e, pois, insuficientes para que se possa imputar, à Apelante, o delito de tráfico de drogas.

Por outro lado, observo que o interrogatório da recorrente, em que afirma, taxativamente, ser usuária de drogas (fls. 114/116), além de fragilizar o conjunto probatório trazido à tona pela acusação, comprova, suficientemente, a prática do delito de uso de substância entorpecente, elencado no art. 28, *caput*, da Lei nº 11.343/06.

Isso porque, além de ser o interrogatório da Apelante perfeito meio de prova (assim como meio de defesa), está ele corroborado pela conduta delitiva comprovadamente praticada por aquela, a saber, a posse da substância entorpecente conhecida como crack, e, sobretudo, pela quantidade da referida droga, correspondente a apenas 02 (duas) pedras, circunstância esta que, aliás, deve ser utilizada pelo magistrado como fator determinante na aferição da finalidade da conduta delitiva em questão, nos termos do art. 28, § 2º, da Lei nº 11.343/06.

Nestes termos, uma vez afastada a finalidade de traficância e comprovada a posse de 02 (duas) pedras crack para consumo pessoal por parte da Apelante, deve a sua conduta delitiva ser desclassificada para o crime de uso de substância entorpecente (art. 28, *caput*, da Lei nº 11.343/06).

Por outro lado, operada a desclassificação em comento, é imperioso modificar as penas aplicadas à recorrente em razão da condenação por tráfico de drogas, imputando-lhe, do contrário, uma das sanções cominadas ao delito de uso de substância entorpecente.

Todavia, em que pese a necessidade da aludida modificação, observo que a Apelante já executou mais de 02 (dois) anos de prisão preventiva em condições análogas à pena privativa de liberdade em regime fechado, conforme prontuário acostado à fl. 221.

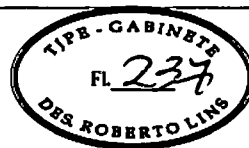
Assim, considerando que a recorrente cumpriu medida cautelar de natureza evidentemente mais gravosa do que as sanções cominadas ao delito em que se encontra incurso (art. 28, incisos I a III, e § 6º, incisos I e II, da Lei nº 11.343/06), e por período de tempo muito superior ao máximo associado às aludidas sanções (art. 28, § 3º, da Lei nº 11.343/06), tenho por bem declarar devidamente cumprida a pena decorrente de sua condenação, aplicando-se, *in casu*, a denominada “detratação anômala”, que encontra substrato não só no princípio da razoabilidade, como também, e, sobretudo, em método de integração mais favorável ao réu.

No mesmo sentido vêm entendendo outros tribunais pátrios, consoante se depreende dos acórdãos abaixo ementados:

Sentença absolutória. Apelo ministerial. Condenação por tráfico.
Impossibilidade. Confissão em solo policial que restou isolada nos autos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



APELAÇÃO CRIMINAL Nº 326893-1 – 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

Apelação. Tráfico. Inexistência de elementos que comprovem o fim de entrega a terceiro. Pequena quantidade apreendida. Ausência de campana. Dúvida que prevalece em favor do réu. Desclassificação que se impõe. Detração anômala. Apelo parcialmente provido e declarada extinta a punibilidade. (TJ-SP - APL: 00116615620098260132 SP 0011661-56.2009.8.26.0132, Relator: G.S.Nucci, Data de Julgamento: 25/11/2013, 1ª Câmara Criminal Extraordinária, Data de Publicação: 03/12/2013) (Grifei)

"Apelação. Artigo 33, "caput", da Lei 11.343/06. Ausência de prova segura para a condenação por tráfico de entorpecentes. Desclassificação da conduta para o artigo 28 da Lei de Drogas. Advertência e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo. Detração anômala reconhecida. Pena cumprida. Recurso provido.". (TJ-SP - APL: 284233620118260114 SP 0028423-36.2011.8.26.0114, Relator: Marco Nahum, Data de Julgamento: 26/11/2012, 1ª Câmara de Direito Criminal, Data de Publicação: 29/11/2012) (Grifei)

Ante o exposto, voto no sentido de dar **PROVIMENTO** ao apelo para, na forma da fundamentação *supra*, desclassificar a conduta imputada à Apelante para aquela prevista no art. 28, *caput*, da Lei nº 11.343/06, e, ao mesmo tempo, extinguir sua punibilidade em razão do devido cumprimento da pena.

É como voto.

Des. Roberto Ferreira Lins
Revisor